

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.614 - SC (2019/0223849-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
ADVOGADOS : LEONARDO REIS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
SC015986A
WILSON SALES BELCHIOR - SC029708
AGRAVADO : DENIS DOS SANTOS
AGRAVADO : CHARLIS DOS SANTOS
ADVOGADO : MARCELO CORREA RODRIGUES - SC025154
INTERES. : JFC COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. DANO MORAL. REVISÃO. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO FEDERAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A contra decisão que inadmitiu o recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ, fl. 385):

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA C/C DANO MORAL. AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL DE REVENDEDORA, FINANCIADO POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. VEÍCULO COM NÚMERO DO MOTOR ADULTERADO. VÍCIO INCONTESTE. NÃO PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. APLICAÇÃO DAS NORMAS DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. PARCIAL PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECURSO DO BANCO RÉU. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. REJEIÇÃO. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA POR ATO DE TERCEIRO. NÃO ACOLHIMENTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E

Superior Tribunal de Justiça

DA REVENDEDORA.

CARACTERIZAÇÃO DO ATO ILÍCITO, TAL COMO DOS
DEMAIS PRESSUPOSTOS QUE AUTORIZAM A
RESPONSABILIDADE CIVIL. REGISTRO INDEVIDO.
ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DANO. TESE REPELIDA.
ABALO ANÍMICO PRESUMIDO (IN RE IPSA). DEVER DE
INDENIZAR MANTIDO. PEDIDO DE MINORAÇÃO DO
QUANTUM INDENIZATÓRIO. DESCABIMENTO. VALOR
DEFINIDO EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA
RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE.

RECURSO ADESIVO DA PARTE AUTORA. INSURGÊNCIA
CONTRA DENEGACÃO DO PLEITO DE RESSARCIMENTO
DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. SEM
RAZÃO. OBRIGAÇÃO DEVIDA AO CONTRATANTE.
PRECEDENTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS
CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Nas razões do recurso especial, o banco recorrente alega violação dos arts. 186 do Código Civil e 14, § 3º, III do Código de Defesa do Consumidor, pois afirma não poder ser responsável solidariamente pelos prejuízos causados ao ora recorrido, uma vez que terceiro teria sido o responsável pela prestação de serviços. Acrescenta que *"não existe qualquer conduta ativa ou omissiva apta a vincular o Banco Bradesco Financiamentos, posto que os supostos danos ocasionados foram ocasionados pela JFC Comércio de Veículos Ltda"*. Repisa que *"não existindo acessoriedade entre o contrato de compra e venda firmado pelo autor com a revendedora de veículos e o contrato de financiamento, pactuado junto ao banco de modo a viabilizar a aquisição do bem, é cediço que, ainda que o veículo possuísse vício de forma a romper o primeiro contrato, o compromisso de pagamento da dívida assumida com a instituição financeira persiste."* (e-STJ, fl. 412).

Defende ainda exorbitância no valor fixado a título de danos morais e requer sua redução, pois *"a fixação do valor deve ser estipulada tendo por base as circunstâncias do caso concreto, a fim de se evitar o enriquecimento sem causa daquele que se diz vítima à custa do suposto causador do dano."* (e-STJ, fl. 413).

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 427), o Recurso

Superior Tribunal de Justiça

Especial foi inadmitido pela Corte de origem, ensejando na interposição do presente agravo (e-STJ, fls. 456/469).

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação recursal não pode prosperar.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

Quanto à alegação do recorrente de exclusão de responsabilidade solidária, assim decidiu o Tribunal de origem, *in verbis* (e-STJ, fls. 384/398):

A toda evidência, incide na espécie o art. 14 do CDC, que fixa como objetiva a responsabilidade do Fornecedor pela reparação dos danos causados ao consumidor por defeitos relativos à prestação dos serviços (...)

Pois bem. In casu, não obstante o Banco Requerido reconhecer a falha na prestação de serviço para com a parte Autora, atribui ao ato ilícito a responsabilidade exclusiva da revendedora de veículos, nos termos do dispositivo citado alhures.

Ocorre que, em casos como o vertente, a instituição financeira (credora do financiamento para aquisição do bem) e revendedora, atuam como parceiras comerciais, isto é, esta empresa na função de preposto daquela, de forma que respondem solidariamente pelos vícios decorrente do negócio, à luz do artigo 34 do CDC (...)

Não bastasse isso, é de conhecimento que no ato de elaboração de proposta de arrendamento mercantil o veículo passa - ou, ao menos, deveria passar - pelo crivo de preposto direto do próprio ente financeiro, oportunidade em que este deve constatar os vícios presentes no automóvel, notadamente o de adulteração da numeração do motor.

Contudo, a parte recorrente quedou-se inerte em desconstituir o referido óbice, desse modo, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impede a admissão da pretensão recursal, a teor do entendimento da Súmula nº 283/STF: *"é inadmissível o recurso*

Superior Tribunal de Justiça

extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Nesse sentido, confira-se o precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTO INATACADO. MULTA FIXADA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. VALOR ARBITRADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. PRAZO LIMITE DA MULTA. INOVAÇÃO RECURSAL.

1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

2. [...] 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 207.587/SP, Terceira Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 15/09/2014 - grifou-se)

No que se refere ao pedido de minoração do valor fixado a título de danos morais, demonstra-se deficiente, pois não houve a indicação de dispositivo de lei federal, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 284 do STF.

Convém ressaltar, por oportuno, que o referido óbice aplica-se tanto para a interposição do recurso com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, **quanto para a interposição com base em divergência jurisprudencial**, tendo em vista que o recorrente não apontou, de forma clara e específica, dispositivo legal que teria obtido interpretação diversa da que foi dada por outro Tribunal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO A ESSE TÍTULO. RECLAMO FUNDADO EM DISSENSO JURISPRUDENCIAL. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. COTEJO ANALÍTICO NÃO EFETUADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS CUJA INTERPRETAÇÃO SEJA DIVERGENTE.

INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. INTERPOSIÇÃO DE DOIS AGRAVOS INTERNOS CONTRA A MESMA DECISÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. AGRAVO INTERNO DE FLS. 365-380 DESPROVIDO. AGRAVO INTERNO DE FLS. 381-396 NÃO CONHECIDO.

1. Em atenção ao princípio da unirrecorribilidade recursal e da preclusão consumativa, é vedada a interposição simultânea de dois recursos contra a mesma decisão judicial.

2. O dissídio jurisprudencial não foi comprovado, pois a parte agravante não efetuou o devido cotejo analítico entre as hipóteses apresentadas como divergentes, com transcrição dos trechos dos acórdãos confrontados, bem como menção das circunstâncias que os identifiquem ou assemelhem, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973 (ou 1.029, § 1º, do CPC/2015) e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

3. Para interposição do apelo extremo com base na alínea c do permissivo constitucional também é necessária a indicação do dispositivo legal tido por vulnerado, sob pena de incidência do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

5. Agravo interno de fls. 365-380 desprovido. Agravo interno de fls.

381-396 não conhecido.

(AgInt no AREsp 1178689/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 09/03/2018, grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DE VIDA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

1. O conhecimento do recurso especial pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional exige a indicação de qual ou quais os dispositivos de lei que supostamente teriam sido violados ou objeto de interpretação divergente entre o acórdão impugnado e os paradigmas, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF. Precedentes.

2. O Tribunal de origem, com base na análise do acervo probatório dos autos, concluiu que o segurado faz jus ao recebimento da indenização correspondente à cobertura securitária, por entender que a questão relativa ao pagamento da indenização de forma proporcional ao grau de invalidez do segurado, encontra-se tão somente nas condições gerais da

Superior Tribunal de Justiça

apólice, da qual não há prova de que o autor, na condição de segurado, tomou conhecimento. Assim, para rever o entendimento do acórdão recorrido, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos e reinterpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em razão das Súmulas 5 e 7 do STJ. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1220109/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018, grifou-se)

Destarte, inviável a pretensão do banco recorrente.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários de sucumbência para 18% do valor da condenação.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator